

2º Eninte Rio consolida integração entre órgãos de controle

Encontro ocorreu nos dias 29 e 30 de junho na Cidade Nova



Possibilitar a troca de experiências, consolidar a integração e fortalecer as parcerias entre órgãos públicos. Estes foram os principais objetivos do 2º Encontro de Integração da CGU, CGMRJ e TCMRJ com outros Órgãos de Controle Público - 2º ENINTE-RIO, realizado nos dias 29 e 30 de junho último. O evento, que teve como público alvo os servidores das instituições organizadoras e contou também com a participação de Controladorias de prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.

O 2º ENINTE-RIO foi iniciado com uma mesa de autoridades, composta pela Chefe da Controladoria-Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, Marisa Pignataro; pelo Controlador Geral do Município, Antonio Cesar Lins Cavalcanti; pelo Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Marco Antonio Scovino; pela Controladora Geral do Município de Pirai, Lenilda Braga; e pela Presidente do Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ), Diva Maria Gesualdi, que

ressaltaram a importância do evento para a convergência de esforços para integrar as atividades de controle em todas as esferas.

Dando continuidade ao encontro, a primeira palestra do dia foi proferida por Marisa Pignataro, que abordou “Transparência e Participação Social como Ferramentas de Prevenção da Corrupção”. Marisa apresentou um breve perfil da CGU, como a instituição age na prevenção à corrupção, e enfocou que deve se investir mais na prevenção do que no combate a esse problema. “É um mal social, ético e institucional”. Segundo a palestrante, “se quem tem o poder não zelar pela boa aplicação dos recursos públicos, com certeza as consequências serão desastrosas, pois há perdas com serviços de transporte, saúde etc.”. Ressaltou, também, a responsabilidade dos cidadãos no combate à corrupção e finalizou sua palestra abordando a 1ª Consocial - Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, que acontecerá em maio de 2012. “Todas as políticas de transparência e participação social serão debatidas no Consocial”, comentou. *(continua na pág. 2) ▶*

Nesta edição

Entrevista

O Presidente da Empresa Municipal de Informática do Rio (IplanRio) fala sobre o papel estratégico da TI na administração municipal e dos futuros desafios na área.

(pág. 3)

Artigo

Luiz Francisco Barata Meireles disserta a respeito do papel da informação contábil no equilíbrio organizacional e sobre os requisitos para se atingir a transparência na administração pública.

(pág. 5)

E ainda...

As seções “Aconteceu” e “Agenda & Eventos” informam sobre os principais eventos que ocorreram e estão por vir no setor de controle e administração públicos e áreas relacionadas.

(págs. 8 e 9)

(continuação da pág. 1) ► A Importância da Integração entre o Ministério Público e Órgãos de Controle – Visão do Ministério Público Estadual, foi o tema da segunda palestra do dia, ministrada pelo Coordenador de Integração e Articulação Institucional do MPRJ, Sávio Bittencourt. “É mais uma oportunidade de aproximação proporcionada pela Rede dos Órgãos de Controle. O Ministério Público está se articulando com todos os órgãos e instituições para auxiliar o trabalho dos promotores de justiça que têm atribuição para o controle dos gastos com recursos públicos. Esperamos avançar mais, trazendo inovações práticas que permitam a troca de informações relevantes e acelerem as investigações do MP”, afirmou Sávio.

Em seguida, o Procurador da República atuando no Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, Vinícius Panetto do Nascimento, discursou sobre o mesmo tema, porém com a visão do Ministério Público Federal. O palestrante fez uma síntese para os participantes de como ocorre na prática a integração do MPF com os órgãos de controle interno e externo, na Defesa e na observância dos interesses públicos.

Encerrando o primeiro dia do evento, foi realizada apresentação musical pelo Grupo Ciclo Natural, que utiliza instrumentos alternativos construídos por meio do reaproveitamento de sucata, reunindo a conscientização ecológica, educação e sensibilidade artística.

Segundo dia

O segundo dia do evento foi iniciado com palestra apresentada pelo Subprocurador Regional da Fazenda Nacional na 2ª Região (PGFN), Marcos Vinícius Brandão de Queiroz, e por Patrícia Monteiro, Chefe da Divisão de Consultoria e Assessoramento Jurídico da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional – 2ª Região, que abordaram o tema: “Considerações acerca da Formatação Institucional da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional”. Vinícius Brandão



Foto: Eliane Carvalho

apresentou a estrutura da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, seus objetivos e a missão da instituição.

“A Procuradoria é um órgão da administração tributária, ou seja, um órgão que visa à arrecadação. Tentamos construir um perfil, para a Procuradoria, voltado para a função de ser participante protagonista da Justiça Fiscal. Por isso, buscamos nos integrar com outros órgãos e instituições para realizar esta função da procuradoria, que é a de participar de uma sociedade mais justa através da Justiça Fiscal”, disse.

A atuação da Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro (PGM) na análise de editais foi o foco da apresentação do Procurador Geral Fernando dos Santos Dionísio, abordando as interpretações jurídicas concedidas para diversos casos práticos.

Na sequência, o Inspetor Setorial da 3ª IGE da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ), Marcus Vinícius Pinto da Silva, apresentou “O Programa de Visitas às Escolas Municipais”. Explicou que o objetivo das visitas é a verificação das condições gerais das escolas em relação à estrutura física, merenda, segurança, limpeza e corpos discente e docente, cujos resultados são utilizados para a construção de indicadores na área da educação (avaliação da gestão) e para a solução dos problemas apontados, melhorando as condições da Rede Escolar.

Em seguida, o Assistente da Coordenadoria Geral de Análise da Despesa da CGMRJ, Maurício Cabreira Esquerdo, apresentou o projeto “Informações Estratégicas para o Controle Interno”, que visa implementar monitoramento para aprimorar a execução de ações de controle pela Controladoria. Ele explicou que já foram definidos os procedimentos de trabalho e a metodologia para implantação e execução de monitoramentos. Também foram disponibilizados os equipamentos (hardware e softwares) necessários. Atualmente, a Controladoria trabalha na implantação de (continua na pág. 8) ►

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Prefeito:
Eduardo Paes

Controladoria Geral do Município

Controlador Geral:
Antonio Cesar Lins Cavalcanti

Subcontrolador de Gestão:
Carlos Maurício Borup de Bakker

Subcontroladora de Integração de Controles:
Márcia Maria Alves Pinheiro

Prestando Contas

Edição e pauta:
Margarete Ramos

Diagramação e arte:
Daniel Santos de Barros

Redação e revisão:
Aislan Loyola
e Rogério Lessa Benemond

Impressão:
Riocor Gráfica e Editora
Tiragem: 500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social

Assessora-chefe:
Margarete Ramos

Assessor-auxiliar:
Aislan Loyola

Editor gráfico:
Daniel Santos de Barros

Rua Afonso Cavalcanti, 455 - sala 1409
Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ - 20211-900
Tel.: (21) 2976-1515/2967
E-mail: acs.cgm@pcrj.rj.gov.br
Http://www.rio.rj.gov.br/cgm

Entrevista

Ricardo de Oliveira

Diretor-presidente da Empresa Municipal de Informática - IplanRio

Quais são os números atuais do Sistema Municipal de Informática (quantos técnicos existem, o total aproximado de máquinas instaladas, os principais sistemas/programas em operação no município)?

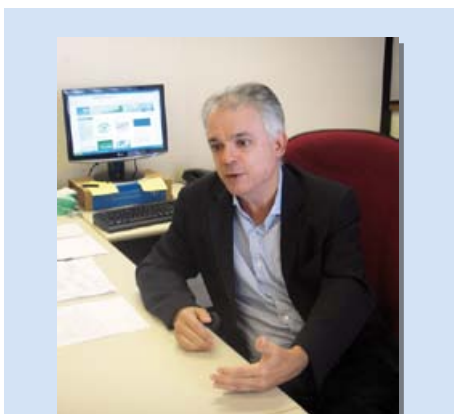
Em recursos de infraestrutura, são 358 terabytes de dados em dispositivos de armazenamento. Ao todo são 300 servidores virtuais, 204 servidores físicos e 280 links conectando várias unidades à intranet da Prefeitura. Em infraestrutura de serviços, a Prefeitura dispõe de 285 websites hospedados; 32 mil contas de correio eletrônico; 48 mil acessos diários ao portal da PCRJ e um milhão de documentos impressos mensalmente, além de uma média de 500 mil notas fiscais eletrônicas emitidas diariamente e mais de 13 milhões de consultas mensais.

Já em Service Desk (serviço de apoio a usuários para suportes técnicos de informática) são 5 mil chamados de atendimento técnico a usuários/mês. A empresa, atualmente, dispõe de 80 funcionários no Service Desk e quatro bases de atendimento descentralizadas: Zona Norte, Zona Sul, Zona Oeste e Centro. Conta com 859 empregados, distribuídos entre analistas de sistemas, operadores, técnicos e profissionais de nível médio.

Qual a importância do investimento no processamento de dados e quanto o município está investindo ou planeja investir?

É importante informarmos estes números e volumes de serviços que acontecem para as pessoas terem uma ideia do que ocorre na Prefeitura, cujos dados são gerenciados pela IplanRio. Toda a Prefeitura depende do bom funcionamento do DataCenter da IplanRio. O setor público está funcionando cada vez mais através de sistemas informatizados.

Não há como o setor público prestar serviços à população sem ter um alto grau de informatização. Para tanto é preciso investir



Ricardo de Oliveira, Engenheiro de Produção, graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ex-Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos do Espírito Santo (2005/2010) e atual Diretor-Presidente da Empresa Municipal de Informática (IplanRio) do Município do Rio de Janeiro.

em tecnologia. No ano passado os bancos brasileiros investiram R\$ 22 bilhões em tecnologia. Esse número nos dá uma ideia da importância que tem a Tecnologia da Informação (TI) para o funcionamento da área privada e pública.

Os investimentos da Prefeitura, em 2009, foram R\$ 9 milhões. Já em 2010, foram R\$ 8 milhões, isso em relação à IplanRio. Não temos a informação dos investimentos dos outros órgãos municipais. Porém, cabe ressaltar outra ação fundamental que estamos elaborando: o plano de modernização de sistemas para cada cliente. No momento, estamos discutindo com cada secretário as prioridades em tecnologia de cada pasta. Após esse levantamento poderemos definir o investimento em TI desse "cliente". Cada órgão negociará com o Prefeito a liberação do investimento. Se o recurso for autorizado, então implementaremos o plano de modernização elaborado para aquele órgão.

Quais as principais iniciativas de aplicação da informática à melhoria da ges-

tão municipal nos anos de 2011 e 2012?

As iniciativas serão definidas após a aprovação do plano de modernização de sistemas que estamos apresentando para cada cliente, para aprovação e definição de prioridades. Mas já posso adiantar que estamos avaliando uma possível contratação de um sistema integrado de contabilidade, finanças e orçamento. Além disso, faremos uma modernização de alguns sistemas fazendários e do protocolo. Planejamos adquirir um sistema integrado de gestão administrativa. Na área da Educação, temos projetos que estão levando a tecnologia para dentro da sala de aula. A Saúde pretende informatizar os seus hospitais. A Ordem Pública está construindo toda uma série de novos sistemas para sustentar sua prestação de serviços. Enfim, há uma enorme demanda de novos sistemas por todas as secretarias que estão mobilizando toda a IplanRio para atender às expectativas dos seus clientes.

Que mudanças já podem ser sentidas?

A principal mudança é de postura. Estamos reorganizando a empresa a partir do seu papel de prestadora de serviços de tecnologia aos órgãos da Prefeitura.

A IplanRio não tem mais o papel de controladora e fiscalizadora dos seus clientes. Ela é uma prestadora de serviços. Vamos profissionalizar nossa relação com os outros órgãos municipais. Estamos investindo em planejamento e capacitação dos nossos servidores para melhorar a qualidade dos nossos serviços. E os resultados já estão acontecendo, tanto de imagem, porque o cliente já percebe nossa nova postura, quanto da qualidade dos serviços, como demonstra a velocidade com que já estamos atendendo a chamados no serviço de suporte técnico aos usuários de computadores.

O que significa, para a IplanRio, ter uma relação profissional com seus clientes?

Os clientes têm que contratar a IplanRio. O cliente contrata e estipula o que quer; a qua-

(continuação da pág. 3) ► lidade; o prazo para entrega etc. Tudo contratado e assinado. É um contrato de prestação de serviços. A IplanRio receberá por isso.

Isto já é realidade?

Ainda não estamos funcionando assim, mas caminhamos nesse sentido. Inclusive criamos uma Gerência de Gestão de Contratos com o Cliente. Vamos começar a estruturar e a levantar custos. Porque os clientes também precisam saber quanto custam os serviços contratados à IplanRio. Atualmente, tudo é lançado na conta do Tesouro, de uma maneira genérica. Quanto custam as secretarias de Fazenda e Saúde em termos de TI? Para mensurarmos esses custos, faremos um investimento na área de operação e implantaremos um software de contabilidade de operação, para termos o consumo de recursos, por serviços, hoje prestados pelo DataCenter.

O uso das redes sociais como o Twitter, Facebook e YouTube durante o horário de trabalho tem gerado dúvidas no mundo empresarial. Qual a sua opinião a respeito? Essas redes sociais não poderiam ser utilizadas para aproximar a sociedade da administração municipal?

Sou favorável à utilização dessas redes sociais. São soluções novas que a IplanRio precisa usar. O mundo muda aí fora e se não tivermos a capacidade de acompanhar essas transformações, na velocidade que acontecem, a IplanRio não terá serventia para a Prefeitura. Precisamos dominar essas ferramentas, verificar o quanto elas podem ajudar o governo municipal a ampliar a prestação de serviços. É um desafio a ultrapassar.

Mas o uso na Prefeitura do Rio é liberado...

O problema atual é que é preciso ter uma infraestrutura para que isso ocorra, e a Prefeitura não tem. Se os servidores começarem a entrar nessas redes sociais no horário de trabalho, ninguém irá conseguir acessar mais a Internet na PCRJ. Este é o principal motivo do bloqueio. Mas é preciso usar institucionalmente essas ferramentas,

a Prefeitura pode usar as redes até para se comunicar com o cidadão.

Cabe frisar que o Brasil tem problema de custo de comunicação gravíssimo. A contratação de banda de Internet é caríssima. Isto não ocorre em outros países.

A IplanRio participou de projetos importantes como a implantação da Central Unificada 1746 e do Centro de Operações Rio (COR). Poderia falar um pouco sobre eles?

Os dois projetos citados são paradigmáticos. O projeto 1746 é uma revolução. Não conheço nenhuma cidade no Brasil que tenha um sistema de atendimento ao cidadão semelhante. Não se trata apenas de ligar para o 1746 e fazer a reclamação. Cada serviço tem um SLA (Acordo de Nível de Serviço), toda solicitação tem um tempo previsto de resposta para o cidadão. Foi uma atitude inovadora do Prefeito implantar um serviço assim, pois algo dessa magnitude leva algum tempo para se consolidar.

O Centro de Operações é um avanço no uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para gerenciar as cidades. Além disso, orienta também na gestão, pois reúne em um só lugar diversos órgãos da Prefeitura promovendo uma sinergia no atendimento ao cidadão e uma rápida mobilização dos mesmos para solucionar um problema da cidade. O Centro de Operações já é uma referência nacional e internacional na gestão de cidades.

Quais outros projetos estratégicos da PCRJ em andamento na IplanRio?

Temos o Cartão Família Carioca, que é uma renda complementar ao Bolsa Família. Na área da Educação, estamos implantando um sistema de gestão. Na Fazenda implantamos a Nota Fiscal Eletrônica, que aumentou a arrecadação. Existe também o Alvará Já, que facilitará a abertura de empresas, entre outros. Paralelamente, está sendo estudada a construção de um DataCenter, em prédio próprio, que abrigará todos os equipamentos servidores da municipalidade e o controle da rede ótica.

Observamos que a implantação de diversos projetos esbarra em dificuldades

de conectividade. A IplanRio tem algum projeto nesse sentido?

Essa é uma das maiores demandas e preocupações dos clientes. Nos reunimos semanalmente para discutir esse tema e tomar providências para a superação desse desafio.

Isto é possível?

Atualmente, há vários projetos de conectividade. A longo prazo, planejamos aumentar a ligação por fibra ótica. Com a Prefeitura ligada e estruturada numa rede de fibra ótica, será possível aumentarmos a eficiência da gestão, assim como melhorarmos a qualidade dos serviços prestados à população. O governo federal lançou um Plano Nacional de Banda Larga. Fizemos uma parceria com a Telebrás para trazer o investimento para o Rio. Também podemos ser beneficiados por outro convênio do governo federal através do Ministério da Ciência e Tecnologia, que está investindo para criar uma rede de alta velocidade nas capitais. Além disso, temos vários circuitos contratados com as principais operadoras privadas.

Na sua visão, como a Tecnologia pode auxiliar a CGM no desempenho de suas funções institucionais?

Para o controle, a Tecnologia foi uma dádiva dos deuses, porque através do sistema pode-se fazer auditorias com maior facilidade, verificar todo andamento das despesas e contratos etc. A execução orçamentária, a liquidação financeira e a contabilidade são controladas por sistemas informatizados. Imagine como seria controlar tudo isso no velho processo manual. A tecnologia aumentou a eficiência do trabalho do controle, já que permite uma grande transparência na execução e um acesso rápido às informações necessárias para o trabalho do controle. Não dá para pensar hoje em controle sem tecnologia. Estamos discutindo agora a modernização do Fincon (Sistema Financeiro Contábil). A IplanRio, a CGM e a Fazenda estudam adquirir um novo sistema integrado. Estamos à procura de uma solução integrada de orçamento, finanças e contabilidade de execução orçamentária que atenda as necessidades e exigências do controle. E vamos encontrar. ☛

Artigo

A importância da informação contábil para o equilíbrio organizacional: os desafios da contabilidade pública

por Luiz Francisco Barata Meireles*

Segundo Rodriguez (1991), é preciso que haja harmonia nas relações contratuais existentes numa organização para que as suas atividades tenham o equilíbrio necessário. E esta harmonia só é possível se houver o suprimento adequado de informações a todas as partes internas e externas envolvidas, para que as incertezas e os riscos sejam reduzidos a um nível tolerável.

Em tempo, faz-se necessário citar alguns conceitos para que se possa facilitar o entendimento do assunto aqui tratado.

Segundo O'Brien (2001), informação é o resultado de "[...] dados que foram convertidos em um contexto significativo e útil para usuários finais específicos." Desta forma, o conhecimento acaba representando a capacidade de alguém para explorar a informação disponível e agir em seguida, em decorrência de um entendimento de um entendimento obtido.

Já Steiner Neto (1998), afirma que a ausência de informações é uma das fontes causadoras do risco, juntamente com a ausência de controle e de tempo. E que um planejamento poderia mitigar as referidas fontes, pois aumentaria o controle sobre a situação, permitindo que a organização usasse melhor as informações e o tempo para decisão, ao prever algumas situações possíveis, diminuindo o risco para a organização.

Por outro lado, Chiavenato (2000) afirma que o suprimento adequado de informação proporciona integração e organização ao sistema, uma vez que reduz a incerteza que permeia toda a tomada de decisão sobre cada ação a ser realizada, em todos os níveis da organização, na busca dos objetivos pretendidos.

Outra questão importante refere-se ao fato de que, para se avaliar o risco envolvido em determinada ação, é preciso calcular a probabilidade de um determinado evento acontecer, sendo necessário para este cálculo que a organização possua registros de experiências anteriores.

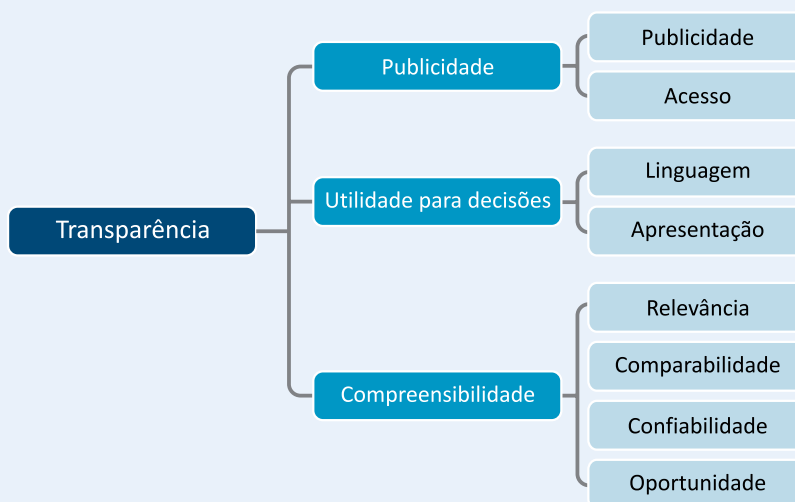
Para Rodriguez (1991), não há como gerenciar os recursos de uma entidade sem informação adequada à tomada de decisões. Nem elaborar estratégias e planos sem pelo menos considerar as experiências passadas, a avaliação do ambiente organizacional (in-

de decisões internas e externas, servindo de base para o planejamento, coordenação e controle de atividades complexas e inter-relacionadas e também para motivar os indivíduos de todos os níveis da entidade a adotar e executar as decisões que vão orientar a consecução das metas organizacionais.

Mas Rodriguez (1991) entende que existem algumas limitações que restringem a utilização das informações contábeis nas tomadas de decisões. Uma delas é a necessidade de uma maior elaboração de alguns dados contábeis para que possam se tornar informações que agreguem valor a decisão.

Elementos da transparência das contas públicas

fonte: Cavalcante *apud* Platt Neto et al (2008, p. 11)



terno e externo) e as expectativas dos principais interesses.

É preciso identificar as vantagens ou desvantagens competitivas, conhecer os pontos fortes e fracos da entidade, tarefas que necessitam de informações atuais, as quais podem ser proporcionadas pelos Sistemas de Contabilidade, a fim de fazer melhor uso das circunstâncias econômicas, sociais, políticas e tecnológicas.

Os Sistemas de Contabilidade têm como função coletar dados e gerar informações importantes que podem ajudar à tomada

Um exemplo é a informação financeira que não permite oferecer informações sobre custos, sendo necessário utilizar outros métodos para conhecer como se formam e estabelecer as responsabilidades sobre os mesmos. Outro exemplo é a ausência de metas físicas associadas às informações financeiras, que impedem a avaliação do desempenho da organização.

A autora entende que a Contabilidade Gerencial leva vantagem para

auxiliar à tomada de decisão da entidade por não estar submetida às regulações externas, possuindo assim mais liberdade para estabelecer sistemas que a complementem de acordo com as necessidades dos gestores.

Os contadores vêm procurando evoluir a Contabilidade Pública visando a fornecer mais informações sobre a aplicação dos recursos públicos aos gestores e também aos cidadãos. Como foi visto, quanto mais e melhor informação, melhor será o planejamento, o controle, a tomada de decisão, e menor será a assimetria informacional ➔

entre as partes envolvidas. No entanto, existem alguns obstáculos a esta evolução. Um deles é a Lei Federal nº 4.320/1964 que precisa ser revista para que a Contabilidade Pública possa se tornar mais gerencial, com maior enfoque em resultado.

O Congresso Nacional precisa aprimorar a Lei Federal nº 4.320/1964, não só no sentido de atualizá-la às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mas também em relação à regulamentação da Lei do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

Por exemplo, atualmente não existe regulamentação que defina como os PPA's devem ser elaborados. As previsões de metas físicas, quando ocorrem, são por força de decreto, quando estas previsões são indispensáveis à avaliação do desempenho.

A publicação da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) ajudou muito ao estabelecer normas de finanças públicas, dando ênfase à responsabilidade na gestão fiscal e determinando em seu § 3º do Art. 50 que a "[...] Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial."

No mesmo sentido, a Resolução CFC Nº. 1.129/08 aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.2 - que trata do Patrimônio e Sistemas Contábeis, determinando em seu Item nº 12, alínea (d), que fará parte do sistema contábil um subsistema de Custos, ao qual caberá registrar, processar e evidenciar os custos dos bens e serviços, produzidos e ofertados à sociedade pela entidade pública.

Outro avanço da Contabilidade Pública provocado pela LRF foi a determinação do aumento da transparência para os cidadãos previsto no Art. 51 que determinou ao Poder Executivo da União a consolidação nacional e por esfera de governo das contas dos entes da Federação, devendo a divulgação desses dados ocorrer por meios eletrônicos de acesso público.

A Secretaria do Tesouro Nacional é a unidade responsável por essa consolidação (LRF: Art. 50 § 2º) e estes dados encontram-se no Sistema de Coleta de Dados de Estados e Municípios, situado em <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>.

Mas, de certa forma, é preciso fazer aqui uma distinção entre "publicidade" e "transparência", pois nos casos relatados acima houve principalmente um aumento da publicidade. Segundo Cavalcante (2008), os atos de governo precisam ser publicados por exigência do estado democrático de direito, nos termos do Art. 37 da Constituição de 1988. Além deste, o direito à informação também está contemplado como um dos direitos individuais previstos na referida Constituição (Art. 5º, Inciso XXXIII).

O autor entende que o princípio da publicidade vem sendo cumprido, pois as leis orçamentárias vêm sendo publicadas nos diários oficiais, as informações relacionadas à execução do orçamento são publicadas na Internet, citando, como exemplo, a Lei Federal nº 9.755/1998, que criou a Home Page Contas Públicas e o Decreto Federal nº 5.482/2005, que determinou a criação do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal.

No entanto, Cavalcante (2008) afirma que:

"[...] não basta a divulgação de atos e números relativos a demonstrativos de gestão. Há que se dar publicidade das finanças públicas para que os cidadãos possam interpretar esses dados, avaliar as intenções do governo, suas prioridades e sua implementação. A comunicação só se dá quando atinge o destinatário. Dados abstratos precisam se revestir de significado para que se tornem informação concreta ao usuário."

Para Cavalcante (2008), o conceito de transparência tem como elementos básicos a publicidade e a clareza. Não adianta divulgar dados incompreensíveis ao grande público, pois assim não haverá informação e muito menos transparência. Também não haverá transparência para o público se os atos praticados não forem publicados. Da mesma forma, não há que se falar em transparência se os dados forem irrelevantes, não confiáveis ou inoportunos/intempestivos (a figura da página anterior demonstra os elementos necessários à transparência das contas públicas).

Posto isto, apesar dos esforços realizados para melhorar os sistemas contábeis no sentido de aprimorar a informação contábil e aumentar sua disponibilização, ainda são muitos os desafios no sentido de

aumentar a transparência das finanças públicas, seja melhorando as fontes de dados ou tornando os relatórios contábeis mais gerenciais de forma a atender melhor a todos os interessados. ❁

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Presidência da República. Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

BRASIL, Presidência da República. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

BRASIL, Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

CAVALCANTE, Roberto Jardim. **Transparência do orçamento público brasileiro: exame dos documentos orçamentários da união e uma proposta de estrutura para o orçamento-cidadão**. II Prêmio SOF de Monografias - 2008. Brasília/DF Disponível em: <http://www.esaf.fazenda.gov.br/esaf-site/premios/SOF/sof_2010/monografias/tema_2_1%C2%BA_monografia_roberto_jardim.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2011.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da Administração**. 2 ed. São Paulo: Campus, 2000.

O'BRIEN, James. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.

RODRIGUEZ, Susana Gago. **La relacion de agencia em la empresa: Analisis y control de los costes de la agencia**. Madri, 1991. Tese editada pelo Instituto de Contabilidad y Auditoria de Cuentas do Ministerio de Economía y Hacienda.

STEINER NETO, Pedro José. **A percepção dos resultados esperados pelos beneficiários como fator de influência no processo decisório**. (Tese de doutorado) Orientador: Abraham Sin Oih Yu. Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, 1998.

* *Luiz Francisco Barata Meireles possui Mestrado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialização em Administração e Sistemas de Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Gestão e Planejamento Estratégico pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), participou do curso de Altos Estudos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra e é contador da Controladoria Geral do Município da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.*



Pensando o Estado e a gestão

Livro de Antonio Carlos Flores traz reflexão sobre o papel do Estado na era da globalização*

A Editora JAM Jurídica lançou o livro *O Estado Gestor e a Cidadania - TOMO I: O Estado Global e a Formação Social Brasileira*, do conselheiro do TCMRJ, Antonio Carlos Flores de Moraes. A obra, tese do autor, terá mais duas partes: TOMO II, *Os dois lados da globalização*; e TOMO III, *A democratização da sociedade e o controle do Estado*.

A tese foi elaborada objetivando investigar a formação do Estado Gestor, o que o diferencia do Estado burocrático, e as vantagens criadas com relação à cidadania e à construção da democracia. Para realizar o estudo foi preciso levar em consideração dois aspectos: o primeiro diz respeito à atenção nas fontes sociais do Direito que influenciaram na formação da norma, por representar produto histórico da vontade do homem; e o segundo se refere ao risco do pesquisador se deixar dominar pelo mundo oficial e abandonar o mundo real, além de ficar dominado pela teoria.

Analisou-se a possibilidade da formação de um Estado global que unisse a humanidade sob as mesmas regras e princípios. Foi constatado dificuldade nessa união, porque o processo civilizatório foi muitas vezes dramático, iniciando-se pela transformação do homem individual em social por necessidade de sobrevivência.

Da comunidade natural, a humanidade passa a conviver em sociedade, tornando difícil harmonia entre diferentes, o

que trazia a necessidade da regulação dos relacionamentos sociais. Foi reconhecida a soberania sobre o espaço em que uma sociedade convivia. Em 1648, surge o Estado soberano e inicia-se um desenvolvimento global muito desequilibrado. Esse estágio diferenciado torna quase impossível a formação de um Direito Global.

No século XX, a Economia, antes do Direito, procurou globalizar-se por acreditar na crença do mercado auto-regulável. Como o Estado estava perdendo seu poder, esta nova utopia teve origem. Em 1989, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo norte-americano aprovaram as regras do Consenso de Washington.

O Brasil tentou se adaptar ao Consenso de Washington e aprovou emendas constitucionais, alterando normas sobre direito financeiro, tributário, previdenciário e sobre as concessões e atividades econômicas do Estado, bem como promovendo a liberalização do comércio exterior. Tais mudanças não produziram os efeitos esperados porque as novas regras estabelecidas com a finalidade de liberalizar a economia não promoveram alterações nas condições estruturais do governo. E persistia a despreocupação com a distribuição de renda ou com o social.

Para entender, então, o porquê do fracasso, no caso brasileiro, na criação do Estado Gestor, o

livro concentra a pesquisa na formação social brasileira com o objetivo de entender quais eram as grandes dificuldades em democratizá-lo. A pesquisa se baseia no sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, que cria um símbolo para materializar sua pesquisa: o Homem Cordial Brasileiro. Este sente-se abalado pelo fenômeno da Globalização.

Diante deste quadro e por entender que o sistema sindical é essencial na formação da democracia, o autor estuda a formação do sindicalismo no Brasil. Antonio Carlos Flores demonstra que o erro da formação do sindicalismo brasileiro vem de origem, uma vez que a Revolução de 30 frustrou os que sonhavam com a vitória de instituições liberais entre nós. Foram adotados princípios da Carta del Lavoro, aprovado pelo Grande Conselho Fascista italiano, em 1927. Com pequenas modificações, esses princípios vigoram até hoje.

Nas condições de um capitalismo dinâmico do século XXI não há como prevalecer o retorno ao comunitarismo estabelecido na estrutura legal brasileira, que mantém o regime sindical corporativista e oficialista, idêntico ao modelo criado no fim dos anos 30. A fraca legitimidade das organizações sindicais impede maior diálogo social, que poderá resultar em solução consensual nas negociações de temas da atualidade.

As tecnologias surgidas no Século XXI poderão gerar novos empregos e maiores riquezas, diminuindo a pressão fiscal e social resultante do desemprego e de outras consequências sociais. Entretanto, a nova tecnologia não deve ser um bem ou um mal em si mesma: depende da forma em que for utilizada. Para uns poderá significar avanço nas pesquisas biológicas, por exemplo, enquanto para outros a melhor maneira de praticar o crime. Mas, esse tema será debatido no TOMO II: *Os dois lados da globalização*.

**Antonio Carlos Flores de Moraes é formado pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil; doutorado na Facultad de Derecho de la Universidad de Salamanca, España; professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Conselheiro do TCMRJ. Ⓢ*



O Estado Gestor e a Cidadania
Tomo I: O Estado Global e a Formação Social Brasileira
 de Antonio Carlos Flores de Moraes
 JAM Jurídica Editora

Aconteceu

► 54º Fonac



Foto: Eliane Carvalho

Fórum Nacional de Secretarias Municipais de Administração das Capitais, aconteceu de 11 a 14 de maio, no Rio de Janeiro, e contou com a presença de cerca de 100 pessoas, dentre representantes de 23 capitais brasileiras e convidados. Fizeram parte da mesa de exposições: o Secretário de Administração do Rio de Janeiro e anfitrião do evento, Paulo Jobim Filho; o presidente do Fórum e Secretário de Administração de Vitória (ES), Valdir Mascucati; o Subsecretário de Gestão de Infraestrutura da Secretaria de Administração do Rio, Renato Pinheiro Bravo; a Secretária de Administração de Porto Alegre, Sonia Vaz Pinto; o Coordenador Regional do FONAC e da Região Nordeste e Secretário de Administração de Maceió, Sérgio Vilela; o Secretário de Administração de Porto Velho, Joelcima Sampaio; e o diretor da Empresa Municipal de Infor-

mática (IplanRio), Ricardo de Oliveira. O Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, apresentou no último dia do Fórum palestra sobre o tema *A Visão de controle interno na Prefeitura do Rio de Janeiro*.

► IV Coninter



Foto: Eliane Carvalho

A Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro participou da 4ª edição do Encontro Brasileiro para Capacitação de Controladores Internos e Externos (Coninter), realizado no Rio, de 16 a 18 de maio. O evento teve como tema *O Controle e a Sustentabilidade do Crescimento Econômico*. O conselheiro do TCMRJ Antonio Carlos Flores de Moraes foi o coordenador científico do Encontro. Ao final do primeiro dia foi lançado o TOMO I de seu novo livro, *O Estado Gestor e a Cidadania*, pela Editora JAM Jurídica (cuja resenha encontra-se na seção Estante, pág. 7).


► Conferência do Ibracon

A Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, promovida pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), realizada em São Paulo nos dias 7 e 8 de junho, contou com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O evento, que teve como objetivo apresentar ao público temas voltados diretamente ao universo da contabilidade e auditoria independente, fez parte das comemorações dos 40 anos do Instituto, que se estenderá por todo o ano de 2011.

► Seminários CGM



Foto: Eliane Carvalho

Foi realizada em junho a primeira edição de 2011 do Programa “Seminários CGM”, tendo como palestrante o auditor federal de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU), Carlos Borges Teixeira. O tema do evento foi *Planejamento e Seleção de Trabalhos de Auditoria e Fiscalização*. A palestra está disponível no site CGM-RJ, www7.rio.rj.gov.br/cgm/comunicação/publicações/. 

2º Eninte Rio consolida... (continuação da página 2)


monitoramentos para três temas: Gêneros Alimentícios, Obras e Compras e Contratações. Maurício Esquerdo também ressaltou que o uso da Tecnologia da Informação é fundamental para o aprimoramento do sistema de controle interno. “Particularmente acredito que esse caminho de integração entre os órgãos de controle tem que ser pavimentado com Tecnologia e com Informação”, finalizou.

Encerrando o evento, as instituições organizadoras representadas pelo Con-

trolador da CGMRJ, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, pelo Coordenador do Núcleo de Prevenção da CGU, Marcelo Ambrosio Paluma e pelo Inspetor Geral da 7ª Inspeção Geral de Controle Externo do TCMRJ, Marcos Mayo Simões, fizeram um balanço do encontro e agradeceram a presença de todos.

“Podemos conhecer órgãos nas esferas municipal, estadual e federal que são importantes para o nosso desempenho do dia-a-dia. Foi uma oportunidade ímpar de troca de experiências na atividade de controle”, disse An-

tonio Cesar que parabenizou ainda a comissão organizadora do evento que proporcionou momentos que emocionaram os seus participantes, principalmente com a apresentação da Orquestra de Vozes Meninos do Rio, da Escola Municipal Grandjean de Montigny, no segundo dia do evento.

O 2º ENINTE contou com a presença da TV CRC, que registrou o evento e disponibilizará em breve no seu site as entrevistas realizadas com os convidados. 

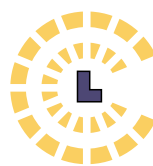
Agenda & Eventos

55ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro (CONCERJ)



O Centro de Convenções SulAmérica, na Cidade Nova, no Rio de Janeiro, será palco da 55ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro. O evento, que acontecerá nos dias 27 a 29 de outubro, tem como tema *A Contabilidade Brasileira no Novo Contexto Mundial*, e é o maior da classe contábil fluminense. Integrados à Convenção, serão realizados outros quatro eventos: o *VI Fórum da Mulher Contabilista do Estado do Rio de Janeiro*, o *Seminário do Comitê Jovem do Sindicont-Rio*, o *Seminário do Setor Público* e o *Encontro dos Professores de Ciências Contábeis*.

XXIII Seminário Internacional de Países Latinos Europa-América



Será realizado nos dias 21 e 22 de julho, no Balneário Camboriú, em Santa Catarina, o *XXIII Seminário Internacional de Países Latinos Europa – América*, que tem por fim debater as Normas Internacionais de Contabilidade, especialmente aquelas aplicadas às pequenas e médias empresas, e também sua relação com os aspectos tributários, capacitando os profissionais da contabilidade ao processo de convergência. Mais informações pelos tels.: (61) 3314-9501/3314-9446 ou e-mail: callevmentos@cfc.org.br.



1ª CONFERÊNCIA NACIONAL
SOBRE TRANSPARÊNCIA
E CONTROLE SOCIAL

Estapas Preparatórias:
25 de julho de 2011 a 8 de abril de 2012

Etapa Nacional:
Brasília, 18 a 20 de maio de 2012

Todos os estados brasileiros e o Distrito Federal convocaram as etapas estaduais da *1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial)*. Nos decretos dos estados uma unanimidade: todos terão como coordenadores órgãos de controle interno do estado, sendo a organização estadual do processo, em sua maioria, responsabilidade das Corregedorias-Gerais dos estados. Outra determinação frequente nos decretos convocatórios é a presidência da Conferência, que será, em sua maioria, do governador do estado, conferindo ainda mais peso às etapas estaduais da Consocial.

As regionais da CGU nos estados designaram, desde o início da mobilização, representantes dos Núcleos de Ações de Prevenção da Corrupção (NAPs) para mobilizadores locais da Conferência, com a missão de sensibilizar a sociedade civil, os conselhos de políticas públicas e o poder público, assim como para apoiar nos processos de realização das conferências estaduais, subsidiando a participação de todos neste processo participativo e popular. A 1ª Conso-

cial pretende mobilizar, durante todo o processo Conferencial, mais de 1 milhão de pessoas, sendo 60% representantes da sociedade civil.

Para a etapa Nacional da Conferência, a realizar-se entre os dias 18 e 20 de maio do próximo ano, são esperados, em Brasília, mais de 1.500 participantes que terão a missão de eleger as diretrizes que nortearão a elaboração de um Plano Nacional sobre Transparência e Controle Social. Além das etapas estaduais e municipais, a sociedade poderá debater os eixos temáticos da Conferência participando e realizando conferências livres e virtuais além de programas e atividades especiais.

Mais informações e documentos sobre a Conferência podem ser obtidos no endereço: www.cgu.gov.br/consocial, por meio dos perfis de redes sociais: @consocialCGU - do Twitter, Consocial Cgu - do Facebook e Consocial CGU - do Orkut ou na coordenação -executiva da Conferência nos endereços: consocial@cgu.gov.br ou imprensa-consocial@cgu.gov.br.

Erramos - Prestando Contas nº 89

- **Estante (pág. 7)** – a autora de Contabilidade Ambiental: Uma Informação para o Desenvolvimento Sustentável é Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, e não Antonio Benedito Silva Oliveira.
- **Painel CGM (pág. 9)** – ATRIC – ao invés da passagem “e gerenciar a avaliação de desempenho dos servidores da Controladoria”, leia-se “e coordenar ações para viabilizar o planejamento, definição, revisão e monitoramento de estratégia global e objetivos da Controladoria”.

DEMONSTRATIVOS LRF

Relatório Resumido da Execução Orçamentária. Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Janeiro a maio de 2011

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	mai/10	mai/11	Em mai/10	Em mai/11	Até mai/10	Até mai/11	Em mai/10	Em mai/11
RECEITAS CORRENTES	12.394.399.164,00	15.941.164.271,00	961.910.969,82	1.534.742.568,73	5.797.463.753,69	6.954.977.254,90	6.596.935.410,31	8.986.187.016,10
Tributárias	5.665.762.745,00	6.398.397.947,00	402.775.797,34	462.344.969,53	2.638.061.784,15	3.015.751.563,07	3.027.700.960,85	3.382.646.383,93
Contribuições	926.404.750,00	2.109.036.000,00	65.693.624,44	396.741.681,33	325.505.440,28	724.268.642,45	600.899.309,72	1.384.767.357,55
Patrimoniais	516.827.943,00	727.441.020,00	59.442.073,68	122.553.940,72	434.680.135,61	434.943.349,62	82.147.807,39	292.497.670,38
Industrial	7.714.915,00	9.230.462,00	379.104,93	565.914,00	2.037.384,39	2.542.665,21	5.677.530,61	6.687.796,79
Serviços	251.044.140,00	307.725.299,00	11.934.056,55	66.160.650,10	132.280.389,77	159.645.613,87	118.763.750,23	148.079.685,13
Transferências Correntes	4.433.114.139,00	5.142.391.105,00	361.432.888,33	422.157.896,32	1.973.774.390,50	2.258.521.762,68	2.459.339.748,50	2.883.869.342,32
Outras Receitas Correntes	593.530.532,00	1.246.942.438,00	60.253.424,55	64.217.516,73	291.124.228,99	359.303.658,00	302.406.303,01	887.638.780,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.205.779.369,00	2.924.351.586,00	42.049.997,40	8.443.242,69	161.748.520,28	149.426.697,91	1.044.030.848,72	2.774.924.888,09
Operações de Crédito	344.552.500,00	1.750.511.893,00	2.432.626,20	11.355,65	14.676.992,34	21.336.433,66	329.875.507,66	1.729.175.459,34
Alienações de Bens	151.706.173,00	191.101.381,00	5.779.277,00	2.290.010,00	6.721.655,89	30.230.466,57	144.984.517,11	160.870.914,43
Amort. de Empréstimos	122.587.307,00	107.215.447,00	8.923.116,61	(465.659,69)	48.047.662,96	46.179.440,78	74.539.644,04	61.036.006,22
Transferências de Capital	396.745.389,00	591.466.865,00	24.914.977,59	6.607.536,73	92.302.209,09	51.680.356,90	304.443.179,91	539.786.508,10
Outras Receitas de Capital	190.188.000,00	284.056.000,00	24.914.977,59	-	-	-	190.188.000,00	284.056.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	13.600.178.533,00	18.865.515.857,00	1.003.960.967,22	1.543.185.811,42	5.959.212.273,97	7.104.403.952,81	7.640.966.259,03	11.761.111.904,19
DESPESAS CORRENTES	(11.257.995.366,25)	(14.418.500.677,39)	(845.792.003,69)	(1.114.891.254,14)	(3.658.575.927,75)	(4.644.787.544,24)	(7.599.419.438,50)	(9.773.713.133,15)
Pessoal e Encargos	(6.775.283.988,10)	(8.530.300.107,85)	(513.611.464,13)	(606.912.280,71)	(2.490.119.866,78)	(2.995.261.793,79)	(4.285.164.121,32)	(5.535.038.314,06)
Juros e Encargos da Dívida	(693.225.495,00)	(540.067.811,00)	(61.680.323,20)	(45.207.728,85)	(292.062.709,21)	(227.976.316,61)	(401.162.785,79)	(312.091.494,39)
Outras Despesas de Correntes	(3.789.485.883,15)	(5.348.132.758,54)	(270.500.216,36)	(462.771.244,58)	(876.393.351,76)	(1.421.549.433,84)	(2.913.092.531,39)	(3.926.583.324,70)
DESPESAS DE CAPITAL	(3.794.746.089,87)	(6.000.120.517,66)	(76.375.574,32)	(270.754.681,39)	(262.791.757,66)	(712.823.526,97)	(3.531.954.332,21)	(5.287.296.990,69)
Investimentos	(2.347.584.172,17)	(4.722.865.680,56)	(45.036.305,09)	(252.732.123,26)	(101.336.871,68)	(597.091.992,09)	(2.246.247.300,49)	(4.125.773.688,47)
Inversões Financeiras	(173.330.743,70)	(149.257.245,10)	(81.066,02)	(8.686,75)	(8.373.689,73)	(23.544.425,44)	(164.957.053,97)	(125.712.819,66)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(1.273.831.174,00)	(1.127.997.592,00)	(31.258.203,21)	(18.013.871,38)	(153.081.196,25)	(92.187.109,44)	(1.120.749.977,75)	(1.035.810.482,56)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	(26.191.341,40)	(26.700.000,00)	-	-	-	-	(26.191.341,40)	(26.700.000,00)
SUBTOTAL DAS DESPESAS (II)	(15.078.932.797,52)	(20.445.321.195,05)	(922.167.578,01)	(1.385.645.935,53)	(3.921.367.685,41)	(5.357.611.071,21)	(11.157.565.112,11)	(15.087.710.123,84)
SUPERÁVIT/DÉFICIT (III) = (I - II)	(1.478.754.264,52)	(1.579.805.338,05)	81.793.389,21	157.539.875,89	2.037.844.588,56	1.746.792.881,60	(3.516.598.853,08)	(3.326.598.219,65)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	419.617.205,80	1.496.523.821,04	-	-

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL

NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.